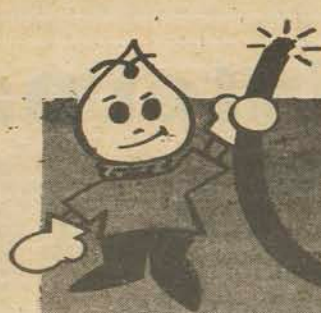




SETOR ELÉTRICO
VIOLÊNCIA
As punições continuam

Intersindical dos Eletricitários de SC

Nº 165 23/01/92

COAÇÃO

Wiest e Schneider indiciados por crime

Nogert Wiest e Luiz Cruz Schneider, dirigentes da Celesc na gestão passada, vão ser investigados por tentativa de coação de um empregado. Foi o que pediu a juíza Águeda Maria Lavorato Pereira, dia 16 de dezembro. O Ministério Público Federal e a Polícia Federal deverão fazer a apuração de responsabilidade criminal dos dois.

A juíza determinou a investigação no final de julgamento do processo que o empregado Pedro Buscetto movia contra a empresa. Ele foi suspenso por 15 dias injustamente, e através de uma reclamatória trabalhista pediu a revisão da punição. Por isto - e apesar de ter sido o primeiro colocado na avaliação de desempenho do laboratório onde trabalha - não recebeu os 8% relativos a aumento por mérito e todas diferenças salariais e reflexos decorrentes.

Esta espécie de "punição" foi que levou a juíza Águeda Pereira a pedir a apuração de responsabilidade criminal dos dirigentes da Celesc. Ela citou o artigo 344 do Código Penal que trata de "coação no curso do processo ...por violências e ameaças..." para que a pessoa desista de processo trabalhista.

Quando à punição do empregado, a juíza disse que a Celesc agiu de má-fé, e por isto condenou a empresa a apagar de todos registros os 15 dias de suspensão, e pagar as diferenças salariais, gratificações, férias, etc... e ressarcir-lo por perdas e danos de todos prejuízos que ele tenha sofrido, indenizando-o ainda por despesas de reconhecimento de firma, cópias xerox, autenticações, honorários advocatícios, etc.

ELETROSUL - O procedimento adotado pela antiga gestão da Celesc é o mesmo que, agora, a Eletrosul vem utilizando, quando exige que os empregados desistam das reclamações para poderem receber o incentivo à demissão. Certamente, num futuro próximo, diretores da Eletrosul podem cruzar nos corredores da Polícia Federal com Wiest e Schneider, como suspeitos de um mesmo tipo de crime.

SINERGIA

Liberação de dirigentes é tema de assembléia

Uma assembléia geral dos empregados da Celesc e Eletrosul da grande Florianópolis, acontece na quinta-feira da semana que vem, (dia 30), para discutir uma questão essencial da organização do Sinergia: a liberação de dirigentes sindicais.

Ocorre que o Acordo Coletivo reduziu de 5 (cinco) para 1 (um) o número de diretores liberados pela Eletrosul. Não é preciso esforço para perceber que isso representa um grave problema para o desenvolvimento das atividades sindicais. A empresa já requisiou a apresentação dos diretores no início de fevereiro.

"Esta discussão é muito séria - diz Arno Cugnier, diretor do Sinergia - pois trata da própria viabilidade de se fazer um trabalho efetivo dentro da entidade e junto à categoria." A preocupação de Cugnier diz respeito a números levantados sobre as atividades da atual diretoria: 63 reuniões de Diretoria, 15 do Conselho Deliberativo, 29 da Intersul, 45 da Intercel e 32 do Comando Nacional dos Eletricitários, sem falar em mais de 50 assembléias e encontros e seminários estaduais e nacionais. "É impossível tocar todas estas atividades sem pessoal liberado para isso", afirma o sindicalista.

Mas a discussão não é simples. Do ponto de vista financeiro a liberação de dirigentes é muito onerosa e o Sinergia sofreu um forte impacto com as demissões a aposentadorias incentivadas. Só na Eletrosul a entidade perdeu cerca de 400 associados. "Isso remete a discussão para o lado financeiro, e a questão do valor das mensalidades vai ter que ser discutida francamente", argumenta Arno.

Outra questão que a assembléia vai tratar é a ocupação de uma vaga na diretoria, aberta pela demissão de Luiz Antônio Dantas.

Intercel busca dados sobre situação da Celesc

Está mantido o indicativo de assembléia estadual para o início do mês de fevereiro, em Florianópolis, que vai culminar num ato público dos eletricitários no Palácio do Governo e Assembléia Legislativa.

Enquanto isto está em pleno funcionamento a comissão de membros na Intersindical formada para levantar todos documentos sobre a situação financeira da Celesc. Este levantamento tem como objetivo dar informações para tratar do aumento de fevereiro, constante do acordo coletivo, bem como das demissões anunciadas na Celesc.

A comissão, que está trabalhando em conjunto com técnicos do Dieese, teve dificuldade de acesso a



missões junto ao governador, Assembléia Legislativa e elaborar um memorial a ser enviado às autoridades judiciárias e à imprensa.

alguns documentos, principalmente os referentes à Diretoria Financeira - apesar da ordem expressa do Presidente da Celesc de que fossem fornecidos todos os dados e documento à Intercel.

A Intersindical decidiu analisar a saúde financeira da empresa e as repercussões do decreto 409/91, para se contrapor às declarações da presidência sobre a necessidade de demissões. De posse dos dados a Intersindical decidiu que deverá ser feito um trabalho político contra as de-

Barrar demissões é prioridade

Encontrar uma solução para o problema das demissões anunciadas na Eletrosul tem sido o tema constante de debates e negociações mantidos pelo Comando Nacional dos Eletricitários, Intersindical e Aprosul. Já foram feitos contatos com os governadores de Santa Catarina, de São Paulo, com a prefeita Erundina, com o empresariado, Congresso Nacional e estão sendo agendadas reuniões com o presidente da Eletrobrás, José Maria Siqueira, e com o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho.

Mas se por um lado todos estão se mostrando receptivos e preocupados com a questão, o mesmo não está acontecendo com a direção da Eletrosul, que não está cedendo espaço para conversar. Estas dificuldades porém não farão os empregados desistirem, diz Delman Ferreira, do Sinergia. Segundo ele, "a continuar esta situação seremos forçados a tomar atitudes mais drásticas. E que ninguém venha dizer depois, hipocritamente, que somos radicais ou extremistas. Nós estamos procurando negociar."

Delman lembra que a direção da Eletrosul nega discutir qualquer proposta a favor do interesse público. "Infelizmente eles só querem falar sobre o aumento no número de demissões. Assim, mais uma vez fica claro que esta diretoria tem a missão de destruir, esgarçar a Eletrosul. Não é a privatização nos moldes Usiminas até porque segundo o próprio empresário Antonio Ermírio de Moraes, não existe dinheiro para comprá-la. Querem destruí-la, torná-la inviável".

"Os sindicalistas lembram que o discurso do secretário Nacional de Energia tem sido sempre em cima da competitividade e interesse público. Estes são os dois fatores que sustentam a reforma administrativa que estão implantando. Então, seguindo esta lógica, várias questões aparecem. Por exemplo, sugere Delman, para este ano estão previstas obras para a Eletrosul, consideradas pelo governo federal como prioritárias. Então porque o percentual de demissões supera os 34% na Eletrosul enquanto que a média no setor é de 20%".

Outra questão levantada é de como a Eletrosul será competitiva se incentiva seus melhores quadros a saírem, destruindo a memória da empresa e a harmonia da equipe? É pior: porque estão sendo demitidas pessoas de setores inteiros, como de medição ou técnicos de manutenção, cujos serviços continuarão necessários? Onde está o interesse público se a empresa depois terá que contratar serviços de particulares, com um custo mais alto, a ser pago pelos consumidores?

Delman Ferreira encerra seu raciocínio fazendo mais uma pergunta: "Dá para acreditar na seriedade deste projeto se até a semana passada a diretoria não sabia nem o impacto das possíveis demissões na folha de pagamento?"

BALANCETE

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO DO MÊS DE OUTUBRO/91
SINERGIA

SALDO ANTERIOR: 30.09.91	
Caixa Econômica Federal conta movimento 32005535-0	Cr\$ 346.749,61
Caixa Econômica Federal conta movimento 99-6	Cr\$ 1.314.626,48
Caixa Econômica Federal conta movimento 248-0	Cr\$ 5.434,55
Fundo Fixo de Caixa	Cr\$ 98.994,20
Caixa Econômica Federal conta movimento 330000221-9	Cr\$ 139.956,55
	Cr\$ 1.905.761,39

Caixa Econômica Federal CONTAS POUPANÇAS	
Fundo de Apoio Sindical 29007-0	Cr\$ 9.065,51
Fundo de Construção 31880-2	Cr\$ 1.443.775,95
Fundo de Modernização 49660-3	Cr\$ 10.257.093,24
Fundo de Mobilização Celesc 49659-0	Cr\$ 6.312.468,32
Sinergia (Provisão) - 26800-7	Cr\$ 5.241.512,23
Sinergia 50325-1	Cr\$ 10.081.051,18
Sinergia 51183-1	Cr\$ 5.706.640,73
Fundo de Cultura 51355-9	Cr\$ 1.072.472,16
	Cr\$ 40.124.079,32

Caixa Econômica Federal CONTAS EM CRUZADOS NOVOS	
Sinergia 535-3	NCz\$ 3.156.662,94
Sinergia 221-9	NCz\$ 711.934,89
	NCz\$ 3.868.597,83

RECETAS	
Mensalidades Associados CELESC/ELETROSUL	Cr\$ 7.659.778,10
Mensalidade APOSENTADO/CONTRATADO	Cr\$ 49.826,00
Contribuição Confederativa CELESC/ELETROSUL	Cr\$ 3.721.682,75
Rendimento Conta Corrente	Cr\$ 971.205,81
Rendimento Caderneta de Poupança	Cr\$ 6.539.835,41
Rendimento conta Cruzados Novos	NCz\$ 685.562,76
Recuperação de despesas	Cr\$ 799.715,82
Comissão s/Seguro	Cr\$ 850.001,62
Juros diversos s/empréstimos	Cr\$ 383.000,00
	Cr\$ 20.899.598,27
URP/89-CELESC	Cr\$ 3.955.856,94
Restituição de empréstimos	Cr\$ 2.007.000,00
	Cr\$ 5.962.856,94
	Cr\$ 72.760.893,75

TOTAL

DESPESAS	
Salários	Cr\$ 2.015.048,23
Encargos Sociais	Cr\$ 1.111.350,66
Benefícios	Cr\$ 170.286,81
Honorários Contábeis	Cr\$ 107.216,00
Honorários jurídicos	Cr\$ 693.331,00
Custas processuais	Cr\$ 2.758,53
Autenticações	Cr\$ 29.080,00
Jornal Linha Viva	Cr\$ 739.694,64
Passagens/Coletivos	Cr\$ 166.413,00
Locação de veículos	Cr\$ 74.592,00
Serviços de impressão	Cr\$ 73.100,00
Serviços contratados	Cr\$ 153.800,00
Serviços/Revelações fotográficas	Cr\$ 47.642,50
Material de expediente	Cr\$ 273.615,00
Material de limpeza e consumo diversos	Cr\$ 46.730,20
Serviços públicos	Cr\$ 456.436,00
Manutenção/Instalação/Equipamentos	Cr\$ 348.606,99
Assinaturas de jornais/revistas, etc.	Cr\$ 74.600,00
Diária/Ajuda de custo	Cr\$ 84.000,00
Ressarcimento de despesas	Cr\$ 73.456,50
Diversos	Cr\$ 402.650,00
Entidade do Movimento Sindical	Cr\$ 439.339,98
Subsídio Dieese	Cr\$ 394.423,65
	Cr\$ 7.978.171,48
	Cr\$ 4.909.768,01
	Cr\$ 4.909.768,01
	Cr\$ 4.909.768,01
	Cr\$ 1.100.000,00
	Cr\$ 1.100.000,00

DEVOLUÇÃO URP/89-CELESC

EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

Empréstimos à entidade sindical

INVESTIMENTOS	
Biblioteca/Videoteca	Cr\$ 51.500,00
Equipamentos	Cr\$ 1.394.000,00
	Cr\$ 1.445.500,00

JOÃO PACHECO DE SOUZA
Diretor de Finanças e Administração

SALDO ATUAL: 31.10.91	
Caixa Econômica Federal conta movimento 32005535-0	Cr\$ 688.864,10
Caixa Econômica Federal conta movimento 99-6	Cr\$ 3.467.166,71
Caixa Econômica Federal conta movimento 248-0	Cr\$ 5.434,55
Fundo Fixo de Caixa	Cr\$ 55.110,47
Caixa Econômica Federal conta movimento 330000221-0	Cr\$ 217.221,14
Caixa Econômica Federal conta movimento 711-7	Cr\$ 0,46
Caixa Econômica Federal Mercado/Fundo Aplicação 711-7	Cr\$ 4.026.566,08
Caixa Econômica Federal Mercado/Fundo Aplicação 99-6	Cr\$ 6.115.582,02
	Cr\$ 14.575.945,53

Caixa Econômica Federal CONTAS POUPANÇAS	
Fundo de Apoio Sindical 29007-0	Cr\$ 10.639,63
Fundo de Construção 31880-2	Cr\$ 1.536.918,94
Fundo de Modernização 49660-3	Cr\$ 10.642.816,94
Fundo de Mobilização Celesc 49659-0	Cr\$ 6.685.710,51
Sinergia (Provisão) 25800-7	Cr\$ 6.592.988,29
Sinergia 50325-1	Cr\$ 9.831.514,81
Sinergia 51183-1	Cr\$ 2.033.554,80
Fundo de Cultura 51355-9	Cr\$ 1.277.217,81
	Cr\$ 38.611.362,73

Caixa Econômica Federal CONTAS EM CRUZADOS NOVOS	
Sinergia 535-3	NCz\$ 3.378.238,32
Sinergia 221-9	NCz\$ 761.907,68
	NCz\$ 4.140.146,00
	Cr\$ 72.760.893,75

JOÃO PAULO DE SOUZA
Diretor de Finanças e Administração

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina que tem 7500 exemplares. Diretor Responsável: Delman Ferreira. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marl Cristina Somazon. Ilustração: Frank Mala. Diagramação e composição: Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis. Impressão: Gráfica do jornal O Estado. Redação: rua Lacerda Coutinho, 21, Fpolis, SC. Fone (0482) 22-3866; telefax (0482) 23-5596; telex 482555. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

SETOR ELÉTRICO

Dívida Externa impede investimentos

Matéria do Boletim do DIEESE Nº 126*

O setor elétrico brasileiro, como toda a economia do país, encontra-se em crise neste início de década. Oito das dez empresas mais representativas do setor - incluindo as federais e estaduais - fecharam o ano de 1990 registrando prejuízos em seus balanços patrimoniais.

Dívidas elevadas, defasagem acumulada nas tarifas de energia, falta de investimentos para o setor e os impactos recessivos da política vigente destacam-se dentre os múltiplos fatores explicativos desta crise. O principal entrave à retomada do crescimento do setor elétrico é a dívida externa. Durante muitos anos, as empresas foram levadas a contraírem volumosos empréstimos externos - quase sempre descolados de suas demandas por financiamento - para a obtenção dos dólares necessários ao equilíbrio das contas externas. De um total de quase US\$ 2,8 bilhões de faturas vencidas e não pagas no setor, apenas 17% (cerca de US\$ 476,12 milhões entre juros e prin-

cipal) correspondem a empréstimos financiados que tiveram a contrapartida de investimentos no sistema. Os 83% restantes (cerca de US\$ 2,3 bilhões) correspondem a dívidas contraídas por captação direta no mercado externo sem vinculação obrigatória à compra de equipamentos para o setor.

O impacto brutal desse endividamento nas contas do setor pode ser analisado através da evolução dos dispêndios consolidados no grupo Eletrobrás no período de 1982 a 1987. Ao longo desses seis anos, houve crescimento real de 267,3% na cota de amortização da dívida e um crescimento de 185% na cota de encargos financeiros. Isso implicou mudança radical na composição dos dispêndios totais. Os esforços realizados para cobrir estas despesas, sem a contrapartida de uma negociação compatível com a capacidade de pagamento, têm pressionado os caixas das empresas e contribuído para explicar o fraco desempenho de seus balanços patrimoniais no ano de 1990.

TARIFAS - Por outro lado, o retorno da política de contenção das tarifas de energia também contribuiu para agravar a situação financeira das empresas de eletricidade no exercício passado. A desvalorização das tarifas de energia persiste no governo atual, tornando o setor deficitário e ajudando a alimentar o mito da ineficiência das empresas estatais.



No Plano Collor 1, o novo governo aplicou o seu primeiro "tarifaço", aumentando o preço da energia elétrica em 32,1% sobre um reajuste de 73% feito quinze dias antes da posse. Suas repercussões sobre os consumidores estenderam-se nos dois meses seguintes (durante o período de congelamento de preços e salários). Esse tarifaço foi, portanto, um elemento compôs as brutais reduções do poder de compra dos trabalhadores, em que pese seu importante papel no resgate da defasagem histórica dos preços públicos.

Seria de se esperar que, a partir daí, as tarifas fossem mantidas em termos reais. Mas, durante o "congelamento" de preços de abril a agosto de 1990, elas não obtiveram qualquer reajuste. Como os preços continuaram em elevação, pressionando parte dos custos das empresas de energia elétrica, acabaram por anular o reforço de caixa do setor. Um exemplo foi o dólar, que indexa algumas despesas dessas empresas - como a energia adqui-

rida em Itaipu e os contratos de financiamento internacional - e que aumentou 90% durante esse período.

Só após abandonar a política de congelamento de preços o governo retomou os reajustes das tarifas, tentando recuperar as defasagens reclamadas pelo setor. Inicialmente de forma tímida, apenas em novembro e dezembro foram superiores à inflação corrente.

Conduta semelhante foi adotada a partir do Plano Collor 2: houve um segundo "tarifaço" e logo em seguida as tarifas foram congeladas, sendo retomados os reajustes mensais a partir de junho. Este padrão recorrente de política tarifária não modificou a tendência histórica de desvalorização das tarifas frente à inflação. Isso indica que o governo coloca-se num dilema: está entre a sustentação dos valores tarifários e das receitas próprias do setor, por um lado, e as exigências em sua política de combate à inflação, por outro. Nesse embate, as estatais têm levado a pior.

BAIXA RENDA - Outra característica da atual política tarifária é a diferenciação dos percentuais de aumento entre os diferentes tipos de consumidores (residen-

ciais, industriais, rurais e iluminação pública). O consumo residencial sofreu redução dos descontos aplicados às tarifas nas faixas iniciais até 200 KWh/mês e, em consequência, teve aumentos superiores aos aplicados às tarifas para as indústrias, o comércio e a área rural, penalizando os consumidores de baixa renda.

Com isso, produziu-se uma situação injusta do ponto de vista social. Em 1990, o valor real das tarifas caiu para as indústrias, mas aumentou para a classe média e as camadas mais pobres do país. Do ponto de vista das empresas de energia, esta diferenciação dos aumentos não deve ter significado muito em termos de recuperação das receitas, já que, no Brasil, o consumo residencial representava apenas 23% do total consumido em junho de 1991, enquanto as indústrias absorviam cerca de 51% do consumo total. Além do alto nível de endividamento e da grande defasagem tarifária, historicamente existente no sistema elétrico, a política econômica recessiva do governo também concorreu para desajustar as contas financeiras das empresas de eletricidade. A recessão impactou negativamente o crescimento da demanda de energia, elevou a inadimplência dos grandes consumidores e dificultou a quitação dos débitos com os empreiteiros e fornecedores.

* O texto original sofreu cortes para se adequar à publicação neste jornal.

A diretoria financeira da Eletrosul fez com que os empregados da área ficassem até as 3 horas da madrugada tentando "espichar" os números da folha de pagamento. Queriam provar que a folha ultrapassa 50% do faturamento líquido da empresa. Nesta tentativa valeu tudo: gastos com aposentados, gasto com os "disponíveis", demissões incentivadas, gastos com despesas médicas dos demitidos, entre outras coisas. O chefe da área responsável, que confirmou a informação, discorda da maneira como foi feito o trabalho. A exemplo do INSS os números se prestam para tudo. O que falta é transparência e seriedade.

TRIBUNA Livre

Uma lição de vida

Mauro Guimarães Passos
Presidente do Sinergia

Num momento onde a sociedade assiste um governo desacreditado acabar com a esperança de todos nós, gerando desânimo, pessimismo e empobrecimento, surge um movimento independente e apartidário que vem ocupando diariamente espaços nos meios de comunicação, demonstrando força, persistência e organização.

Conhecido como "movimento dos velhinhos", os aposentados estão mostrando um movimento lúcido e cheio de vida que serve de exemplo e lição para todos nós. Em busca de um direito, os 147%, eles abandonaram seus "camas, o papo com cafezinho no bar da esquina ou um jogo de cartas no final da tarde e foram para dentro de suas associações organizar suas ações.

Como um verdadeiro exército de formigas, entupiram o Poder Judiciário em todo o Brasil de processos, criando uma situação sem precedentes. Vitórias expressivas em vários estados foram obtidas, destruindo e desmoralizando o governo aos olhos da sociedade.

"Os aposentados buscam energia na indignação e na cidadania"

O fato estava criado. Aparentemente a batalha estava ganha. Os carnês foram imprimidos. O dinheiro ia sair. Foi quando, demonstrando mais uma vez uma completa falta de sensibilidade e desrespeito a estas pessoas que trabalharam grande parte das suas vidas e que hoje sobrevivem com uma miséria

apostentadoria, o governo Collor (no dia 20/01), baixou o Decreto 430, que adia o pagamento dos 147% para 1993.

Independente da inconstitucionalidade do Decreto, levantada imediatamente pela Ordem dos Advogados do Brasil, que foi respaldada por pareceres de juristas de renome nacional, os "velhinhos" aposentados, superando outra vez as limitações físicas de suas idades avançadas, buscaram energia na indignação e na cidadania para ocupar bancos e sedes do INSS em todo Brasil, dando um recado claro: não estão dispostos a perder a luta

Sem entrar no mérito de que este Decreto agride a todos nós e ofusca a consciência jurídica do país, lembramos que a dívida do próprio governo para com o INSS ultrapassa a 20 bilhões de dólares e que as empresas privadas devem mais de 100 bilhões de dólares. Além disso, o próprio governo admite que apenas quer ganhar tempo para poder negociar com o FMI, jogando a própria vida dos aposentados e a soberania nacional para um ralo comum. Limitando-se apenas a uma análise política do movimento deflagrado pelos aposentados aprenderemos lições para reverter o estado de desânimo em que nos encontramos, assistindo passivamente nos tirarem o acesso a saúde, a educação e a moradia, impedindo que tenhamos uma vida digna com direito a emprego e salário decente.

Num país carente de movimentos sociais de massa, exemplos como este que estamos tendo o privilégio de acompanhar, não pode ser abafado e se perder no tempo. Apoiar integralmente esta iniciativa, contribuir no que for possível e torcer para que dê certo, é o mínimo que devemos fazer. Aos aposentados, que no passado, como pais, nos ensinaram a ficar de pé, a caminhar e a diferenciar o certo do errado, agora, passados os anos, nos dão mais uma LIÇÃO DE VIDA. Nos resta aprender e não esquecer.

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas, e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.

SE ESSA ILHA FOSSE MINHA...

A campanha eleitoral para a prefeitura de Florianópolis em 1992 vai deixar na memória bem mais do que lembranças de passagens folclóricas e tiradas espirituosas. Todos vão se lembrar de algo mais do que coisas como o "aparelho de som do Lula", da vassourinha do Jânio ou mesmo do guarda-sol que Amin prometeu fincar na avenida Beira Mar Norte antes do final de seu mandato. A campanha vai girar em torno de uma polêmica que há alguns meses já movimentava a capital. Quem são os inimigos da cidade? Forasteiros e ecologistas que estariam impedindo o desenvolvimento da cidade? Ou serão os ricos que imaginam transformar a ilha num grande parque de diversões para lucro próprio?

A polêmica foi levantada pela imprensa e por uma campanha publicitária que criou a expressão "contras" para designar a oposição feita àqueles que se autodenominam "amigos de Florianópolis".

Um lado do ringue ficou sob o comando do jornalista Paulo da Costa Ramos, o PCR, que foi quem criou a polêmica. Ele mesmo, em sua coluna no jornal O Estado, nomeou algum dos amigos, seus e "de Florianópolis": Paulo Gil Alves (dono da Pedrita), Adroaldo Cassol (da empresa Cassol), Valério e Eduardo Gomes (Portobello), Fernando Demétrio (presidente da Associação Comercial e Industrial e proprietário da Formaplast), Alaor Tissot (Coca-Cola), Walter Koerich (Koerich), Péricles Druck (Jurerê Internacional), Fernando Marcondes de Mattos (Costão do Santinho, Inplac e atual secretário da Fazenda do Estado).

Do outro lado, os "contra", que pela frequência com que eram nomeados na coluna de PCR são os vereadores Clair Castilhos (PSDB), Vitor Schmidt (PT) e Jalila Al Ackar (PV), o diretor do IBAMA Américo Tunes, o Procurador da república Ruy Sulzbacher e o padre Wilson Groh (que trabalha com os sem teto).

O Linha Viva resolveu incentivar a polêmica, contribuindo para que seus leitores-cidadãos tomassem uma posição. Para isso foi ouvir "amigos" e "contras", que nas próximas edições vão expor seus argumentos e pontos de vista nas nossas páginas. Muita gente não quer falar, ou fala pouco, como o prefeito Bulcão Viana, mas a repórter Cristina Scamazzon foi fundo para saber o que pensam e o que planejam para a capital ambos os grupos. Que vença a cidade.

Empresários querem dinheiro fácil

Não são os "contras" que estão inviabilizando o desenvolvimento de Florianópolis, conforme dizia a campanha repetida "ad nauseum" nas redes de televisão catarinenses no final do ano passado. Não foram eles que impediram a execução de uma dezena de projetos que iriam "salvar" a cidade. Pelo menos na Câmara de Vereadores todos estes projetos foram aprovados. O que impediu a concretização destes planos foi a incompetência do executivo municipal, dos empresários e, sobretudo, a falta de "dinheiro público, de dinheiro fácil". É o que diz o vereador Vitor Schmidt, PT, um suposto líder dos "contras".

Estes sonhos de elitizar, ou "mediterraneanizar" a ilha de Santa Catarina, como diz o vereador, foram desfeitos porque seus idealizadores acreditam que ainda vivem numa cidade sem lei. "Apesar do projeto deles estar bem distante daquilo que a bancada de esquerda da Câmara deseja para a capital catarinense, não temos a culpa que nos imputam. O que eles estão tentando fazer é encontrar uma desculpa para a falta de preparo, de condições de realizar qualquer coisa num sistema onde as coisas funcionem de acordo com a lei".

A campanha organizada pela Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (fato que só ficou conhecido depois que a campanha encerrou, pois era assinada apenas por "Amigos de Florianópolis" que estranhamente procuravam o anonimato), e produzida pela agência Propague,

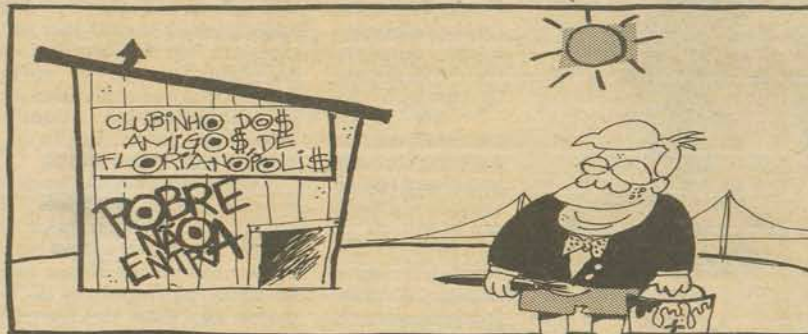


Para Schmidt, está faltando competência e dinheiro público para a realização dos projetos

citava sete projetos. Deles o vereador Vitor Schmidt só votou contra um: o do Centro de Promoções. Para cinco outros projetos ele apresentou substitutivos globais. Mesmo no caso do Centro de Promoções o vereador foi votado vencido (até hoje ele não aceita a doação da área nobre na cabeceira da Ponte Hercílio Luz, de 27 mil metros quadrados, em troca da construção de um prédio de 2.500 metros quadrados, que vai abrigar a administração municipal). O projeto foi aprovado, lícito. O vencedor da concorrência porém não construiu nada até hoje.

"Não saem do papel porque ninguém quer investir nos projetos. É o próprio 'amigo' da cidade que ganhou as licitações e agora não quer gastar o seu dinheiro na obra", constata o vereador. Três destes projetos precisavam da licença da União para serem executados. Vitor diz que nem esta preocupação primária os interessados tiveram já que até hoje ninguém fez um requerimento para o Patrimônio da União. A mesma situação se repete para os aterros que criariam a Beira Mar Continental, Marina da Beira Mar e pedido de usufruto da área do lixão para edificação do Complexo do Sesi.

A proposta da Via Expressa Sul porém quase virou um caso policial. Também para a obra é necessário um aterro e a consequente licença do Patrimônio da União, que não foi pedida até hoje. Mas os técnicos esqueceram de outras coisas importantes. Por exemplo: "esqueceram" o Plano Diretor da cidade, e que existem leis constitucionais que impedem várias propostas, como



a de deixar nas mãos de duas ou três pessoas o poder de decidir o que fazer com o aterro. A gafe foi tão grande que o próprio prefeito Bulcão Viana retirou o projeto da Câmara, para "adequá-lo à legislação". Até hoje ele não o mandou de volta.

Vitor Schmidt gosta de citar o affair do Tecnópolis como um exemplo de quem são os amigos da cidade. Enquanto parte das pessoas envolvidas na discussão se preocupavam com miudezas foram os vereadores de esquerda da Câmara que viabilizaram o projeto, criando um zoneamento específico para este tipo de empreendimento. Não fosse isto nem o Tecnópolis poderia existir.

FAROESTE - Tudo isto mostra a "incompetência do executivo e dos próprios empresários", diz o vereador do PT. "Eles sequer sabem o que é necessário para realização de projetos assim." Mas a explicação do porquê estes projetos não saem do papel é outra segundo Schmidt. "No caso dos hotéis é porque acabou o dinheiro fácil e público que a EMBRATUR dava, de graça, sem cobrar nada, para fazerem 'babilônias' de hotéis que nunca foram pagos. Isto acabou. Estas empreiteiras acostumadas a construírem grandes avenidas beiramar, estradas e pontes só trabalham com dinheiro fácil na mão. A gente já cansou de saber disto. E este bando de empresários só funciona com o dinheiro público. Como não tem mais este dinheiro eles não funcionam. E assim querem imputar sua incompetência aos outros".

A vereadora Clair Castilhos, PSDB, afirma que esta gritaria toda é fruto de pessoas acostumadas a viver numa cidade sem lei e sem alma. E este é o centro da questão entende o vereador Vitor Schmidt. "A gente quer um modo de desenvolvimento diferente do deles. Eles sabem que o nosso modelo é viável e que, portanto, inviabiliza

a intenção deles de elitizar a ilha. Além do mais até poucos anos atrás, estas pessoas estavam acostumadas a fazer o que bem queriam".

A luta preservationista ganhou fôlego com a bancada de esquerda. "A gente apresentou inúmeros argumentos ao longo do tempo contra todos os projetos que

implicariam em prejuízos graves contra o meio ambiente. Apresentamos sempre alternativas. Mas o que está em curso é um projeto, por parte dos grandes empresários, de tornar o turismo na ilha de cinco estrelas. Entendemos que o turismo é um dos focos centrais de desenvolvimento da ilha. Mas, do ponto de vista da intervenção do poder público, queremos uma proposta que contemple o desenvolvimento de um turismo mais amplo possível ao mesmo tempo em que se contemple as necessidades e problemas da população que mora aqui."

Numa das cenas da campanha eram mostradas favelas e o texto que explicava as imagens deixava subentendido que as favelas seriam uma criação dos "contras". O vereador rejeita a ideia e explica: "são eles que produzem um modelo de desenvolvimento absolutamente elitista e discriminador, que joga milhões de pessoas na mais completa penúria. E hoje o que vemos? Florianópolis em pouco tempo passou a ter um quarto da sua população favelada".

No fim, porém, toda celeuma teve seu aspecto positivo. Segundo avaliação de Vitor Schmidt a campanha se transformou num debate sobre a cidade. "Este debate que a esquerda nunca tinha entrado. A gente nunca tinha discutido como queria que fosse a nossa cidade, como ela deve ser organizada. Não tínhamos o costume de discutir políticas públicas. Éramos incompetentes neste sentido. O debate conseguiu com que a gente comece a adquirir alguma solidez em posições como o modo de organizar uma sociedade concretamente, a sociedade existente, e não apenas no plano utópico, mas imediato e concreto. De outro lado isto serviu para desmascarar os "amigos da onça" definitivamente. Dá para perceber que é canalha. Tem muitos setores que dá para conversar. São setores importantes e que estão bem intencionados. Mas não dá mais para conversar com aqueles que querem uma cidade sem lei".

Bulcão toma posição, mas não fala

Ninguém vai conseguir tirar da boca do prefeito de Florianópolis, Bulcão Viana, uma declaração de que ele apoiou a campanha de desmoralização dos "contras" ou ache que este tipo de iniciativa é positivo. Ele repete, incansavelmente, o mesmo refrão: "sou contra aqueles que são contra a cidade". Mas, em menos de um minuto de conversa, a simpatia do prefeito para com os empresários fica bem clara.

"Os vereadores tem todo direito de serem contra. Mas alguns vereadores se ofenderam e vestiram a carapuça. Porém a campanha não nomeou ninguém." Bulcão Viana sabe muito bem porém que existe uma oposição muito grande a vários projetos que ele mandou para a Câmara. "É lógico que exista. Mas não dá para entender. Vejam por exemplo o episódio do projeto de urbanização da Barra da Lagoa. Um projeto que só vai fazer a região crescer e mesmo assim teve gente contra".

O prefeito de Florianópolis não concorda que exista incompetência da parte dele ou dos empresários. "É muito fácil chegar e dizer que somos incompetentes. A Beira Mar Continental, por exemplo, não sai porque existe um embargo da procuradoria da República."

Bulcão Viana também nega que o Executivo municipal tenha se colocado alguma vez contra a lei. "No caso do Complexo do Sesi quem não está querendo cumprir a lei é a União. Eu acho que há uma incompreensão nisto. Durante 40 anos aquela encrenca no Itacorubi foi um lixão. A União nunca se manifestou. Quando desativamos o lixão a FIESC (Federação das Indústrias de Santa Catarina) se propôs a fazer ali um complexo esportivo. Ai começam a dizer que não pode porque o terreno é da União, porque é mangue e não sei mais o quê. Eles não são contra diretamente. Começam a impedir com conversinhas aqui, levantam problemas ali até que a gente tira o time de campo".